

ARQUIVO ESCOLA: EXPOSIÇÃO TEMÁTICA DA MEMÓRIA MARANHENSE NO ARQUIVO JUDICIÁRIO

1

Juliana Pereira Silva ²
Christofferson Melo Cunha de Oliveira ³
Reinaldo dos Santos Barroso Junior⁴
Alcebiades Costa Filho ⁵

RESUMO

Pensar nas possibilidades e desafios do ensino de História em espaços públicos é tentar estabelecer formas de aproximar a escola de lugares como museus e arquivos. É perceptível que ainda há um distanciamento não somente das escolas nesses ambientes, mas da sociedade como um todo, principalmente relacionados aos acervos de Arquivos. Precisamos valorizar e reaproximar a sociedade e as escolas das instituições arquivísticas, seja por meio de exposições temáticas de documentos, visitas guiadas ou outras ações socioeducativas. Considerando tais premissas, buscamos alguns suportes teóricos que discutem ensino, história, memória e ações educativas em museus e arquivos. Os processos metodológicos foram voltados para análise bibliográfica, documental e vivência de campo para alinhar teoria e prática. Também utilizamos a ludicidade como metodologia para facilitar o ensino e aprendizagem. Dessa forma, foi possível desenvolver uma exposição temática sobre escravidão para alunos do ensino fundamental no espaço do Arquivo Judiciário do Maranhão.

Palavras-chave: arquivo, ensino, história, exposição, memórias.

INTRODUÇÃO

A relação entre sociedade e memória tornou-se distante nos últimos anos, tornando ocasional o contato entre as pessoas e os espaços de resguardo memorialista (como o arquivo público, por exemplo). Devemos recordar que o Arquivo, enquanto instituição, tem um importante papel de preservar e expor documentos que marcam nossa história e que carregam memórias do nosso passado, algumas esquecidas e outras silenciadas. Consideramos que as instituições arquivísticas podem ser espaços para desenvolver o ensino de História a partir das fontes primárias (documentos) contidas nos acervos.

¹ O artigo é resultado do projeto de extensão “O Historiador no Arquivo Escola- Exposição de narrativas da memória maranhense”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex/UEMA).

² Graduando(a) do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, julianasilva2@aluno.uema.br;

³ Mestrando do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, arquivo@tjma.jus.br;

⁴ Prof.Me do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, barrosoreinaldo07@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Dr.Me do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, alcebiadescf@yahoo.com.br.

Temos como objetivo geral valorizar, viabilizar e reaproximar a população maranhense e as escolas de ensino básico das memórias regionais contidas no acervo documental do Arquivo Judiciário do Estado do Maranhão. Estabelecemos diálogos e interação constante entre arquivo, universidade e sociedade, promovendo exposição temática da memória maranhense sobre escravidão. Além disso, buscamos entender quais são os impactos no meio social causados por essa ação.

Destacamos que este artigo é resultado do projeto de extensão “Arquivo Escola” criado a partir da cooperação entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O “Arquivo Escola” foi articulado pelos docentes Prof.Dr.Alcebíades Costa Filho e Prof.Me.Reinaldo dos Santos Barroso Junior (representantes do Departamento de História e Geografia do Centro de Estudos Superiores de Caxias, CESC-UEMA) e pelo mestrando Christofferson Melo Cunha de Oliveira (atual coordenador de arquivo e gestão documental do poder judiciário do Estado do Maranhão).

Ressaltamos também que os suportes teóricos foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, tais como: Pierre Nora (1993) e Michael Pollak (1989), que discutem sobre história e memória; Circe Bittencourt (2007); Alex Costa (2021); Hadler e Pinto Jr. (2020); Rocha (2017); Almeida e Vasconcellos (2006) abordam questões ligadas ao ensino de história, identidade nacional, escravidão, práticas educacionais em museus e como trabalhar com temáticas sensíveis.

METODOLOGIA

A partir da perspectiva metodológica bibliográfica, reunimos textos e obras que abordam os elementos principais que constituem na elaboração da temática expositiva, tais como: memória, documento, arquivo e o papel do historiador. Além disso, estabelecemos um espaço de diálogo constante entre o arquivo do judiciário e o curso de graduação em História da UEMA. O estudo de documentos foi uma parte essencial para analisar e selecioná-los para montar a exposição temática

Empregamos a História para pensar as mudanças sociais para a construção da memória e suas representações, viabilizando uma intervenção social que possamos desenvolver propostas de valorização da memória do Maranhão. Além disso, realizamos um estudo de campo a partir de dois espaços situados em São Luís(MA): o primeiro sendo no Arquivo Judiciário “Desembargador Milson de Souza Coutinho”, onde foi possível analisar os documentos e desenvolver a exposição documental; já o segundo foi a escola

Centro de Ensino Barbosa de Godóis, instituição convidada para uma visita ao Arquivo Judiciário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino de História fora do ambiente escolar

O ensino de História é um dos temas recorrentes para autores que realizam estudos voltados para o processo de ensino e aprendizagem. Qual a melhor forma de ministrar o conteúdo de uma aula? Qual abordagem ou recurso devem ser utilizados?. Estas são algumas das várias questões que devemos levar em consideração ao prepararmos uma aula, mostra, palestra ou seminário, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Precisamos considerar os contextos sociais e culturais dos alunos, além de seu conhecimento prévio do tema proposto para assim, desenvolvermos ações socioeducacionais em outros espaços.

Neste artigo, trouxemos estas indagações para discussão sobre o momento de ensino para além da sala de aula. Ou seja, o conhecimento sendo construído por meio de uma exposição temática no espaço público do Arquivo Judiciário do Maranhão. Comprendemos que para ocorrer a produção de um saber é preciso que o mesmo esteja ligado ao fato de uma pessoa ter consciência da realidade que o rodeia, o que Leonardo Vinícios Kopke da Rocha (2017) coloca como “processo de conscientização”. Dessa forma, uma ação educativa é válida no momento que um indivíduo participa de novas experiências e a partir delas, obtém um despertar da consciência e de novas reflexões sobre algum assunto.

As possibilidades do ensino de história em outros lugares, sobretudo naqueles que resguardam vestígios materiais de um passado e memórias vividas, são diversas. Ao realizar uma exposição de documentos de arquivos públicos, por exemplo, devemos nos atentar ao nosso discurso enquanto locutores e certificar-nos se há a compreensão do que está sendo dito e exposto. Almeida e Vasconcellos (2004), reiteram que entender as mensagens propostas em uma exposição permite a interpretação delas e a construção de novos significados. Os objetos em exibição em arquivos e museus não falam por si, cabendo aos educadores que estão conduzindo a apresentação ter a habilidade de criar um discurso acessível para todos.

A adequação da linguagem é um dos desafios da prática docente. É necessário um elo para que um conhecimento histórico seja compreendido, tais como as novas tecnologias da educação, recursos visuais, tipo de discurso, entre outros. A ludicidade, por exemplo,

é um elemento pertinente na aprendizagem pois concede ao professor formas de instigar e propor ideias dinâmicas sobre um assunto (mas sem perder seu caráter crítico e reflexivo).”Sem dúvidas, não basta tornar o conhecimento histórico interessante, atrativo e motivador. É preciso também torná-lo crítico, dinâmico, transformador.” (ROCHA, 2017, p. 34)

Pensar nas possibilidades do ensino de História em espaços públicos é tentar estabelecer formas de aproximar a escola de lugares como museus e arquivos. É perceptível que ainda há um distanciamento não somente dos colégios nesses ambientes, mas da sociedade como um todo, principalmente relacionados aos acervos de Arquivos. Dentre vários fatores existentes que causam esta distância, o principal deles é o senso comum de que o público alvo do Arquivo se restringe apenas aos pesquisadores, historiadores e estudantes universitários. No entanto, visto que por ser um lugar onde resguardam a memórias documentais de comunidades e grupos variados, o público alvo é diversificado.

Vale lembrar que as instituições arquivísticas possuem um importante papel social, sendo ele: gerir, resguardar, disponibilizar e tornar público os documentos produzidos e acumulados pelos poderes executivo, legislativo e judiciário de um Estado. Os Arquivos também contribuem para a preservação e manutenção do patrimônio cultural e das memórias de uma sociedade. Segundo Pierre Nora (1993), o arquivo público é um dos lugares da memória cujas documentações sobre o passado são transformadas em memórias arquivísticas, que se apoiam em vestígio material, concreto e registrador que preserva o passado e presente.

A importância do arquivo público é ainda mais evidente quando compreendemos que sem ele, nós não percebemos nossa consciência individual e coletiva da história. Enquanto indivíduos, buscamos saber sobre genealogias familiares ou uma história pessoal e familiar; em sociedade, tentamos nos entender dentro da comunidade em que vivemos, a funcionalidade do estado, nossa cultura e nosso passado histórico.

A memória de arquivo serve também para redefinir a identidade de grupos e indivíduos que buscam sua própria história. Cabe ao historiador compreender estes vestígios materiais, saber construir narrativas a partir deles e pensar em formas de transmiti-los para a sociedade, em especial no que se refere aos acontecimentos que marcaram a memória coletiva (oficiais ou clandestinas). Para Michael Pollak (1989), historiadores e outros pesquisadores devem ser cuidadosos ao exporem estes registros

que fazem parte de histórias de vida. Estas, por sua vez, possuem a função social de reconstrução de identidades.

Na prática docente, o professor de história também deve observar os diversos caminhos e possibilidades de realizar uma ação educativa relacionada à memória coletiva, através de experiências de visitas guiadas às exposições de arquivos. Principalmente, apresentar aos estudantes que é possível estudar história e memória de maneira crítica e criativa, abordando um tema a partir de seus significados sociais, culturais, fatos interessantes sobre um período histórico ou personalidades marcantes. Ainda, proporcionar aos alunos a construção do conhecimento através do uso de recursos visuais, interativos e encenados que possam ser mediatizados nas redes sociais. A questão é: como podemos fazer isso?

Vejamos um exemplo: falar sobre o tema da escravidão no Brasil. O sistema escravista foi um período doloroso em nossa história, pois os indígenas e milhares de africanos foram submetidos ao regime de trabalho forçado que perdurou por mais de 300 anos. As consequências desse período refletem até hoje em nossa sociedade, resultando em problemas sociais como o racismo, as desigualdades sociais e a violência. Ligados diretamente com o passado escravista, estas problemáticas são enfrentadas diariamente pelos grupos afrodescendentes e indígenas nas áreas da educação, saúde, esporte, emprego ou justiça.

Nesse caso, o historiador enquanto docente, será o mediador nesses usos de um passado que traz memórias de sofrimentos e trauma cultural. Passado esse que não deve ser considerado harmonioso e homogêneo, pois Bittencourt (2007) acredita que considerar o contrário é negar outras identidades e ideias de pertencimento de grupos sociais. Devemos ser cautelosos ao selecionar a melhor forma de trabalhar temas sensíveis, pois isso pode impactar nas vidas das pessoas, especialmente aquelas cuja descendência são de povos que foram violentados, traumatizados e escravizados.

Abordar temas como a escravidão no ensino básico, especialmente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, é considerar formas de aproximar esse assunto da realidade dos estudantes seja por meio de livros, quadrinhos, vídeos ou de experiências que vão além dos livros didáticos ou da sala de aula. Vale lembrar que graças à lei 10.639 de 2003, o ensino de história e cultura afro-brasileira tornou-se vigente nas escolas e nos materiais didáticos (embora não devemos considerá-los como único recurso). O historiador docente deve trazer outros meios de ministrar o conteúdo de

África e as relações éticas-raciais ou propor outros lugares que o ajudem a abordar os temas propostos. Hadler e Pinto Jr (2020, p.2), pontuam sobre esta questão:

No âmbito do ensino de História, e sobretudo nas séries iniciais, consideramos que abordagens de temáticas relacionadas à história local, à memória, ao patrimônio cultural constituem caminhos potentes para a sensibilização dos estudantes quanto a questões de identidade, de relações de pertencimento, de reconhecimento da legitimidade da presença da diversidade social e cultural no espaço urbano. Acreditamos que sejam caminhos com a potencialidade de promover diálogos sensíveis com as experiências de que estes estudantes sejam portadores, que abram espaço para afetar as sensibilidades destes estudantes na direção de uma maior empatia com o sentido do público, do coletivo, do comprometimento com a legitimidade da presença do “outro”, do “diferente”, no espaço público.

Alex Andrade Costa (2021) enfatiza a importância da escola e do ensino de História para combater revisionismos históricos racistas, preservar as memórias de grupos étnicos de descendência africana, suas lutas e resistências diante do passado traumático. O autor coloca que não devemos negar os acontecimentos da escravidão, pois esse cenário é considerado um pilar inicial para a construção da identidade negra, formação de comunidades e representatividades. Além disso, a escravidão deve ser reconhecida como parte do processo de configuração da sociedade brasileira.

Por esta razão, ressaltamos que para ensinar tais temáticas há outros caminhos e abordagens que vão além da sala de aula. Como mencionado anteriormente, as instituições arquivísticas são ambientes alternativos para a educação, inclusive vários documentos que remontam aos três séculos de escravidão estão resguardados nelas. Um exemplo disso é o Arquivo Judiciário “Desembargador Milson de Sousa Coutinho” do Tribunal de Justiça do Maranhão, atualmente localizado na cidade de São Luís do Maranhão, na rua Rua Viveiros de Castro, no bairro Alemanha.

Figura 1: Arquivo Judiciário Desembargador Milson S.Coutinho



Fonte: arquivo pessoal. Data: 13/09/2023

O Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (ATJMA) é uma instituição que possui um rico acervo de documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos que remontam desde do século XVIII, contemplando várias comarcas do estado, tais como: São Luís, Alcântara, Caxias, Icatú, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. É o local arquivístico mais antigo do judiciário brasileiro, criado por meio do Decreto nº 626, de 24 de março de 1923, no Governo de Godofredo Viana.

É uma instituição importante que contribui para a manutenção da memória histórica maranhense, além de disponibilizar informações essenciais para toda a sociedade. Ao longo dos seus 100 anos, o ATJMA tem realizado inúmeras ações educativas para a rede pública de ensino básico no Maranhão, principalmente na cidade de São Luís. O Arquivo também desenvolve projetos em parceria com escolas e universidades na tentativa de estreitar os laços entre as instituições.

Exposição temática da memória maranhense no Arquivo Judiciário

As atividades programadas foram acordadas por meio do diálogo entre discente, orientador(es) e o coordenador do Arquivo do TJMA, Christofferson Melo. Conforme o cronograma, durante três dias da semana (segundas, terças e quartas), cumprimos quinze horas semanais destinadas à escolha e observação dos documentos e produção de materiais expositivos no Arquivo, no turno vespertino. Priorizamos as documentações relacionadas à escravidão no Maranhão, para explorar possíveis abordagens de ensino sobre o tema e assim propor visitas guiadas de escolas para o Arquivo Judiciário.

O contato com os documentos manuscritos nos permitiu compreender a dinâmica do sistema escravista da sociedade maranhense do século XVIII. Optamos por selecionar materiais ligados às lutas de africanos e afrodescendentes por suas liberdades no judiciário, pois nos livros didáticos muitas vezes o sujeito escravizado é colocado apenas como vítima passiva do cativo. Desenvolvemos narrativas de homens e mulheres que mostram as formas de resistência contra a escravidão. Uma vez realizado a análise e escolha do nosso recorte, partimos para os momentos vivenciados com uma escola.

Em primeiro lugar, apresentamos as fontes documentais selecionadas. Em cada tipologia documental do acervo, nos autos cíveis e criminais, temos diferentes indivíduos que foram à justiça para conquistar o direito de ser livre ou manter (reafirmar) seu status de libertos. Além disso, também escolhemos os documentos de

personalidades populares que exerceram influência na sociedade maranhense no Oitocentos. No total foram dez registros colocados em nosso catálogo para a exposição das “narrativas da memória maranhense”.

Dentre as tipologias contidas no acervo judiciário, optamos pelo seguinte: uma ação de liberdade (preta Benedicta); uma ação de nulidade (escravo Roque); um inventário (Maria Eusebia da Conceição); uma petição de locação de serviços (escravo Florencio); um pecúlio por liberdade (escrava Carolina); uma petição de liberdade (preto Custodio); a relação de escravos (D. Ana Jansen); dois testamentos de libertas (Catarina Mina e Bibiana Maria do Rosário) sentença crime (escravo Martiniano).

Em segundo lugar, o momento da visita guiada foi pensado de maneira que atendesse nossos objetivos. O intuito foi trazer escolas da rede pública de ensino fundamental e médio para o Arquivo Judiciário durante os meses de setembro. Nosso desafio inicial foi encontrar disponibilidade de horário de alguns colégios para levar turmas de nível médio na exposição. No entanto, devido às demandas do Novo Ensino Médio e as mudanças que estão acontecendo durante o ano letivo, os alunos ainda estão em processo de adaptação em relação às disciplinas de eletivas, além do calendário acadêmico está sendo alterado constantemente. Entramos em contato com algumas escolas próximas ao ATJMA, promovendo nossa exposição, mas não houve um retorno positivo.

Decidimos então voltar nossa mostra documental apenas para estudantes nos anos finais do ensino fundamental, pois eles já tiveram um estudo prévio sobre a escravidão mesmo que seja através do livro didático ou de uma aula expositiva. Assim, convidamos as turmas do 8º ano da escola C.E Barbosa de Godóis, localizada no bairro Monte Castelo. Sendo da rede estadual, a instituição oferta o ensino médio pelo turno matutino e o ensino fundamental (6º ao 9º ano) no turno vespertino (horário em foi realizado o estágio). Tentamos primeiramente convidar o ensino médio, mas devido aos contratempos do calendário acadêmico, apenas os alunos do nível fundamental poderiam participar.

A comunicação com esta escola foi bastante acessível, principalmente por conta desse não ser o nosso primeiro contato com a direção da escola. Tivemos vivências de estágio obrigatório supervisionado no C.E Barbosa de Godóis durante dois semestres, na disciplina de História. Sendo estagiário, foi possível estabelecer relações amistosas com os professores, gestores, diretores e alunos. Já conhecíamos as turmas do 7º e 8º ano, pois foram as salas em que a prática docente foi exercida sob supervisão técnica da

professora Rosemary Magalhães. Aliás, foi esta discente que acompanhou os alunos na exposição.

Desse modo, no dia 15 de setembro de 2023 às 14h, a turma 801 foi levada para a visita guiada ao Arquivo Judiciário, onde apresentamos nossa exposição temática. Estima-se que cerca de 35 estudantes compareceram no evento (apesar desta sala possuir um total de 40 alunos matriculados, porém alguns faltaram no dia), de faixa etária variada entre 13 a 15 anos, acompanhados da Profa. Rosemary Magalhães. Além disso, comprometidos com a educação e segurança, o Tribunal de Justiça do Maranhão assegurou o transporte de ida e volta dos alunos, como na Figura 3:

Figura 2 - Turma 801 a caminho do Arquivo Judiciário



Fonte: arquivo pessoal. Data: 15/09/2023

Durante a exposição, utilizamos a ludicidade como elemento didático e abordamos a temática com linguagem acessível para que os alunos compreendessem o que estava sendo dito. Logo no começo, perguntamos se eles conheciam a história de São Luís, queríamos saber se em algum momento de sua vida, seus familiares mais velhos passaram alguma informação por meio da oralidade. Outros questionamentos foram feitos como: já ouviram falar de D.Ana Jansen ou de sua lenda? E da Catarina Mina, que tem um beco com o nome dela? Ou como era a escravidão no Maranhão?

A maioria dos estudantes não souberam responder nenhuma destas perguntas ou ficaram em silêncio. O que nos faz questionar o quanto da história e memória maranhense, principalmente de São Luís, tem sido transmitida para esta geração atual de jovens. No entanto, os alunos ficaram curiosos quando começamos a falar de cada documento mas sempre relacionando com a realidade deles.

Por exemplo, quando apresentamos D.Ana Jansen e sua influência como mulher na política e na sociedade machista da época, explicamos que ela era uma das mulheres mais ricas da cidade e que tinha propriedades em diversas regiões, especialmente

aquelas em que se formaram bairros como Anil, Vinhais e Liberdade (locais de moradia de boa parte dos alunos). Também mostramos o inventário de Maria Eusebia da Conceição (1841), uma das vítimas da Balaiada (conteúdo que estava sendo abordado em sala de aula).

Figura 4: exposição documental temática



Fonte: arquivo pessoal. Data: 15/09/2023.

Figura 5 : alunos observando os documentos



Fonte: arquivo pessoal. Data: 15/09/2023

Figura 6 : estudantes observando a mesa de documentos e obras



Fonte: arquivo pessoal. Data: 15/10/2023

De modo geral, nossos objetivos propostos para esta exposição temática foram alcançados. Os métodos utilizados também trouxeram resultados satisfatórios, porém nos fez perceber a importância do conhecimento prévio do aluno sobre o tema. A mostra documental não apenas contribuiu para falar de escravidão, mas como estes documentos do acervo judiciário podem ser fontes para desenvolver trabalhos históricos e literários (como mostrado na figura 6, onde há livros produzidos com base nestes documentos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As repercussões em relação à exposição temática contribuíram de maneira positiva para os alunos do C.E Barbosa de Godóis, que puderam pela primeira vez conhecer uma instituição arquivística, ainda mais o Arquivo Judiciário do TJMA (a mais antiga do poder judiciário do Brasil). Estabelecemos o diálogo entre arquivo e sociedade ao tornarmos a comunicação mais didática, principalmente em relação aos documentos expostos. As estratégias metodológicas atenderam as expectativas neste momento, uma vez que trouxemos a ludicidade como elemento chave da nossa apresentação.

O desenvolvimento da exposição nos possibilitou pensar em como adaptar a nossa linguagem para a turma 801, afinal, também era a primeira vez que o ATJMA recebia um público tão jovem. Isso nos trouxe reflexões de como mediar uma temática sensível e traumática como a escravidão para jovens estudantes que são majoritariamente pardos ou negros e que em algum momento observaram ou vivenciaram na pele o racismo. São assuntos que para a idade deles foram abordados de maneira lúdica, mas sem perder a criatividade e reflexão daquela ação educativa.

Sendo assim, projetos como o “Arquivo Escola” e ações expositivas como estas colocadas neste artigo, nos mostra que há diversas formas de aproximar as escolas dos arquivos públicos e dissolver a ideia de que estas instituições trabalham apenas com materiais de um passado que pode parecer distante. Cabe a nós, enquanto mediadores, apresentar aos alunos que o passado histórico afeta sim o nosso presente. Ademais, a partir desta vivência os alunos conheceram parte da história do Maranhão e das memórias que formam quem somos enquanto indivíduos ou sociedade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo e a minha família. Também presto agradecimentos aos professores Alcebiades Costa Filho e Reinaldo Barroso Junior pelas orientações durante toda a pesquisa de extensão e execução da exposição documental. Ao coordenador do Arquivo do TJMA, Christofferson Melo, que auxiliou durante o desenvolvimento deste trabalho dentro do espaço do ATJMA, concedendo acesso aos documentos e auxiliando do começo ao fim o momento de vivência com os alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS; Camilo e Mello. **Por que visitar museus.** In. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.) O saber Histórico na sala de aula. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006. P.104-116

BITTENCOURT, Circe. **Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil.** In: História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas./Leandro Karnal (org.) - 5.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

COSTA, Alex Andrade. **“Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém”:** escravidão, trauma cultural e consciência histórica. Revista História Hoje, v. 10, nº 19, p. 140-160, 2021.

HADLER, Maria Sílvia Duarte; PINTO JR, Arnaldo. **Documentos, Experiências Sensíveis e Ensino de História.** Perspectivas Web, 2020.

NORA, Pierre. Entre **Memória e História: a problemática dos lugares.** Proj.História, São Paulo, (10), dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989.

ROCHA, Lvk da. **Ensinar História para além da sala de aula: ações educativas no Museu Mineiro.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG. Minas Gerais, p.103. 2017.